Representação por Graduação - 35%	561,58
Gratificação Tempo de Serviço Militares - 30%	2.891,55
Adicional de inatividade -35%	4.385,52
Provento Mensal	R\$16.915,57

II - Os efeitos da parcela Adicional pelo Exercício de Função Gratificada 100% (cem por cento) sobre o padrão remuneratório ASSESSOR DE GABINETE II, retroagirão a 04/10/2018, conforme determinação da DIREX realizada em 06/08/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WASHINGTON COSTA DE ALBUQUERQUE

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 1226703

Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará PORTARIA ALT RR Nº 1.918 DE 24 DE JUNHO DE 2025

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA PORTARIA DE RESERVA EX-OFFICIO -PROCESSO Nº 2023/1441939.

Considerando a Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva - DI-REX, realizada dia 06 de agosto de 2021;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve: I– Alterar a Portaria RR nº 2.361 de 20/10/2020 que transferiu para a

Reserva Remunerada, na mesma graduação o 2º Sargento PM RG 15439, JOSE LUIS LOPES BORGES, mat. nº 511132301, pertencente ao Quadro de Inativos da Polícia Militar do Estado do Pará, para que seja incluída a incorporação da parcela de Representação pelo Exercício de Função Gratificada à disposição do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, nos termos da Lei nº 5.320/86 no percentual de 20% (vinte por cento) sobre 80% do soldo da graduação de 2º Sargento/PM conforme Portaria 1.133, de 24/08/1983 que fixa os percentuais para as gratificações dos policiais militares que prestam serviço no Detran, de acordo com o art. 1º, 2º, 4º e 6º da lei complementar nº 7.551/2011 c/c art. 94, § 2º da lei complementar nº 039/2022, com as alterações dadas pela lei complementar nº 044/2003, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.960,41 (oito mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo	1.528,10
Incorporação de Representação - 20%	244,50
Gratificação de Habilitação do Policial Militar -20%	305,62
Gratificação de Localidade Especial - 30%	458,43
Gratificação de tropa - 10% Gratificação de Risco de Vida - 100%	152,81 1.528,10
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	458,43
Representação por Graduação - 35%	534,84
Gratificação Tempo de Serviço Militares - 30%	1.489,90
Adicional de inatividade -35%	2.259,68
Provento Mensal	R\$8.960,41

II - Os efeitos da parcela Adicional pelo Exercício de Função Gratificada -20% sobre 80% do soldo da graduação de 2º Sargento/PM retroagirão a 01/11/2020, conforme determinação da DIREX realizada em 06/08/2021. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WASHINGTON COSTA DE ALBUQUERQUE

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 1226661

Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará PORTARIA ALT RR Nº 1.930 DE 27 DE JUNHO DE 2025

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA PORTARIA DE REFORMA EX-OFFICIO -PROCESSO Nº 2024/166139.

Considerando a Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva - DI-REX, realizada dia 06 de agosto de 2021;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e

demais dispositivos legais, resolve: I– Alterar a Portaria REF nº 2.224 de 31/08/2023 que reformou ex-officio, na mesma graduação o 2º Sargento PM RG 19902, JOSE BENEDITO MAR-QUES FILHO , mat. nº 538849001, pertencente ao Quadro de Inativos da Polícia Militar do Estado do Pará, para que seja incluída a incorporação da parcela de Representação pelo Exercício de Função Gratificada à disposição do Ministério Público do Estado do Pará, nos termos da Lei nº 5.320/86 no percentual de 60% (sessenta por cento) sobre o padrão CORPO OP MILI-TAR-MP.FG.GM II, conforme Portaria 1.133, de 24/08/1983 que fixa os percentuais para as gratificações dos policiais militares que prestam serviço no Gabinete Militar, de acordo com o art. 1º, 2º, 4º e 6º da lei complementar nº 7.551/2011 c/c art. 94, \S 2º da lei complementar nº 039/2022, com as alterações dadas pela lei complementar nº 044/2003, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$17.459,59 (dezessete mil, quatrocentos e cinquenta nove reais e cinquenta e nove centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo	1.528,10
Incorporação de Representação - 60%	4.106,39
Gratificação de Habilitação do Policial Militar -40%	305,62
Gratificação de Localidade Especial - 30%	458,43

Gratificação de tropa - 10% Gratificação de Risco de Vida - 100%	152,81 1.528,10
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	458,43
Representação por Graduação - 35%	534,84
Gratificação Tempo de Serviço Militares - 30%	2.721,07
Adicional de inatividade -35% Auxílio Invalidez	4.126,96 1.386,03
Provento Mensal	R\$17.459,59

II – Os efeitos da parcela Adicional pelo Exercício de Função Gratificada – 60% sobre o padrão CORPO OP MILITAR-MP.FG.GM II, retroagirão a 01/09/2023, conforme determinação da DIREX realizada em 06/08/2021. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. WASHINGTON COSTA DE ALBUQUERQUE

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 1226657 Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará PORTARIA ALT RR Nº 1.921 DE 24 DE JUNHO DE 2025

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA PORTARIA DE RESERVA A PEDIDO - PRO-CESSO Nº 2023/1294357.

Considerando a Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva - DI-REX, realizada dia 06 de agosto de 2021;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve: I– Alterar a Portaria RR nº 2.121 de 29/08/2023, que transferiu para re-

serva remunerada, na mesma graduação o Subtenente PM RG 15815, CLAUDIO MARCOS DA SILVA SANTOS, mat. nº 512687801, pertencente ao Quadro de Inativos da Polícia Militar do Estado do Pará, para que seja incluída a incorporação da parcela de Representação pelo Exercício de Função Gratificada à disposição do Ministério Público do Estado do Pará, nos termos da Lei nº 5.320/86 no percentual de 70% (setenta por cento) sobre o padrão CORPO OP MILITAR – MP.FG.GM II, conforme Portaria 1.133, de 24/08/1983 que fixa os percentuais para as gratificações dos policiais militares que prestam serviço no Ministério Público, de acordo com o art. 1º, 2º, 4º e 6º da lei complementar nº 7.551/2011 c/c art. 94, § 2º da lei complementar nº 039/2022, com as alterações dadas pela lei complementar nº 044/2003, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$21.108,55 (vinte e um mil, cento e oito reais e cinquenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo	2.648,19
Incorporação de Representação - 70%	4.609,63
Gratificação de Habilitação do Policial Militar -40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Gratificação de tropa - 10% Gratificação de Risco de Vida - 100%	264,82 2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação Tempo de Serviço Militares - 30%	2.820,33
Adicional de inatividade -35%	4.277,50
Provento Mensal	R\$21.108,55

II - Os efeitos da parcela Adicional pelo Exercício de Função Gratificada -70% (setenta por cento) sobre o padrão CORPO OP MILITAR - MP.FG.GM II, retroagirão a 01/09/2023, conforme determinação da DIREX realizada em 06/08/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WASHINGTON COSTA DE ALBUQUERQUE

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 1226641

Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará PORTARIA ALT RR Nº 1.916 DE 24 DE JUNHO DE 2025

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA PORTARIA DE REFORMA EX-OFFICIO -PROCESSO Nº 2023/1071587.

Considerando a Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva - DI-REX, realizada dia 06 de agosto de 2021;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e

demais dispositivos legais, resolve: I– Alterar a Portaria RR nº 3.444 de 17/11/2010, que reformou ex-officio, na mesma graduação o 3º Sargento PM RG 13667, FRANCISCO MOZART DE ANDRADE NETO, mat. nº 504782001, pertencente ao Quadro de Inativos da Polícia Militar do Estado do Pará, para que seja incluída a incorporação da parcela de Representação pelo Exercício de Função Gratificada à disposição do Batalhão de Guardas, nos termos da Lei nº 5.320/86 no percentual de 100% (cem por cento) sobre 80% do soldo da graduação de 3º Sargento/PM conforme Portaria 1.133, de 24/08/1983 que fixa os percentuais para as gratificações dos policiais militares que prestam serviço no Bpguarda, de acordo com o art. 1º, 2º, 4º e 6º da lei complementar nº 7.551/2011 c/c art. 94, § 2º da lei complementar nº 039/2022, com as alterações dadas pela lei complementar nº 044/2003, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$15.074,79 (quinze mil, novecentos e oitenta reais e vinte e nove centavos), conforme abaixo discriminados: